RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADAS 2017

GRÂNDOLA
MUNICÍPIO

1 Relatório de Gestão Consolidado

2 Balanço Consolidado

3 Demonstração de Resultados Consolidados

4 Fluxos de Caixa Consolidado

5 Anexo Demonstrações financeiras Consolidadas

6 Certificação Legal de Contas

1 Relatório de Gestão Consolidado

RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADAS 2017

INTRODUÇÃO

A consolidação de contas surge como instrumento que permite melhorar a informação contabilística prestada pela administração local, constituindo uma base mais sólida para a tomada de decisões por parte dos órgãos autárquicos, quer a nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das atividades das entidades que compõem o grupo municipal, bem como a avaliação das políticas locais. A consolidação de contas, traduz-se na elaboração de demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si, como se de uma única entidade se tratasse, com o objetivo de fazer transparecer uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do grupo municipal.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. Neste seguimento, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que "Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas".

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No que diz respeito ao Perímetro de Consolidação, e analisando todas entidades conjugadas como disposto no artº 75º do RFALEI, foi considerada como entidade a incluir a empresa Municipal Infratroia E.M, cuja percentagem de capital detida pela Câmara Municipal de Grândola corresponde a 74,10 % pelo que foi integrado a 100% na consolidação, de acordo com o definido nas instruções do SATAPOCAL para a Consolidação de Contas.

A análise do quadro 1 e quadro 2 permite verificar quais as entidades incluídas e excluídas no perímetro de consolidação.

Quadro 1

Entidades incluídas no perímetro de consolidação – Artº 75º RFALEI			
Denominação	**Sede**	**Percentagem capital detido**	**Nº médio de funcionários**
Município de Grândola	Rua José Pereira Barradas, 11, 7570-281 Grândola		422
INFRATRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.	Rua da Aroeira - Tróia 7570-789 Carvalhal GDL	74,1%	23

Quadro 2

Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação - Artº 75º RFALEI		
Denominação	**Sede**	**Percentagem capital detido**
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL)	Largo Manuel Sobral, Edifício do GAT 7570-132 Grândola	20%
AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente	Largo Manuel Sobral, Edifício do GAT 7570-132 Grândola	14,29%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Manorco e sousa, 52 3044-511 Coimbra	0,32%
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Rua do Castelinho, N.º 17 5100-127 Lamego	0,52%
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Torreão do mercado municipal - rua 16 de Novembro 2070-909 Cartaxo	1,10%
AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo	Praça da Republica 7800-427 Beja	1,53%

Para uma análise mais circunstanciada das demonstrações financeiras incluídas na consolidação, tecem-se algumas considerações à entidade incluída na consolidação.

1. ENTIDADE PARTICIPADA - INFRATROIA

A 12 de Abril de 2001, foi constituída a Infratróia, Infraestruturas de Tróia, E.M., mantendo até hoje a mesma estrutura acionista, com o Município de Grândola a deter 74,1% e a Imoareia, SA, 25,9% do capital social.

A Empresa (Infratróia, Infraestruturas de Tróia, E.M.) tem por objeto social a exploração de atividades de interesse geral e de promoção do desenvolvimento da Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia (ADTT), incluindo as seguintes atividades:

a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e a gestão urbana na ADTT, incluindo a gestão, manutenção e conservação da iluminação pública, da rede viária, dos espaços verdes e do mobiliário urbano;
b) Gestão urbana na ADTT, incluindo emissão de permissões, fiscalização e aplicação de sanções em matéria de publicidade, de ocupação do espaço público e da via pública, por motivo de obras ou outros, e de ruido, bem como a gestão das áreas de recreio e lazer;
c) Promoção e gestão de equipamentos coletivos na ADTT, designadamente equipamentos desportivos;
d) Gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem assim como a prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, na ADTT;
e) Limpeza pública na ADTT, incluindo a limpeza de praias;
f) Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano na ADTT.

A delimitação da ADTT está definida no Plano de Urbanização de Tróia, ratificado pela Resolução de Concelho de Ministros 23/2000 e alterado pela Deliberação 1240/2011.

A estrutura hierárquica e funcional da Infratróia está esquematizada no organograma que se apresenta a seguir:

O Conselho de Administração é o órgão máximo responsável, pelo que assume a responsabilidade e dispõe da autoridade necessária para assegurar:

- que os processos são estabelecidos, implementados e mantidos
- que é realizado o reporte do desempenho do sistema e sua implementação às melhorias necessárias
- a promoção da consciencialização dos colaboradores para com os requisitos dos clientes
- a comunicação para com outras entidades nos assuntos relacionados com a empresa

2.2 MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Não se pretende que as contas consolidadas venham substituir as contas individuais, mas que sejam um complemento por forma a permitir uma melhor gestão das entidades consolidadas. Neste sentido, avaliando os métodos de consolidação existentes:

- Método da simples agregação - aplica-se quando, na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efectivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante. Este método traduz-se na soma algébrica dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades pertencentes ao grupo público, sendo obrigatória a eliminação, designadamente, dos saldos, das transacções, das transferências e subsídios e dos resultados incorporados em activos relativos a operações efectuadas entre essas entidades.

- Método de consolidação integral - aplica-se quando a entidade consolidante detém uma participação superior a 50 % dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada e consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos respectivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito como interesses minoritários. Para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adoptar-se- á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15, «Investimentos em subsidiárias e consolidação», publicada no aviso nº 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.

- Método de Equivalência Patrimonial - aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerça influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade não incluída no grupo público ou quando não seja aplicável qualquer dos métodos referidos nas alíneas anteriores. Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada. Para efeitos de aplicação do método de

equivalência patrimonial, adoptar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13, publicada no Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.

Tendo em consideração o perímetro de consolidação definido e o grupo de entidades a consolidar pelo Município Grândola – Câmara Municipal, o método a utilizar é o método de consolidação integral.

3. Demonstrações Financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam os ativos, os passivos, os fundos próprios/capital próprio, os resultados e, as receitas e despesa de natureza orçamental das entidades incluídas na consolidação, como se se tratasse de uma única entidade, contudo, não existiram operações internas susceptíveis de serem enquadradas na demonstração financeira.

Relativamente ao processo prévio à consolidação, a entidade integrante do perímetro de consolidação que aplica o Sistema de Normalização Contabilística, SNC (INFRATRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.) disponibilizou as suas contas, tendo sido efectuada a conversão para o POCAL, de acordo com os critérios estabelecidos no Manual de Consolidação. Em seguida procedeu-se à homogeneização e à eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo municipal. Depois desse processo, procedeu-se à agregação dos dados, o que permitiu obter uma imagem verdadeira, fiel e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo.

Nas páginas seguintes é levada a cabo uma análise onde são apresentados valores comparativos e a respectiva evolução face ao exercício anterior.

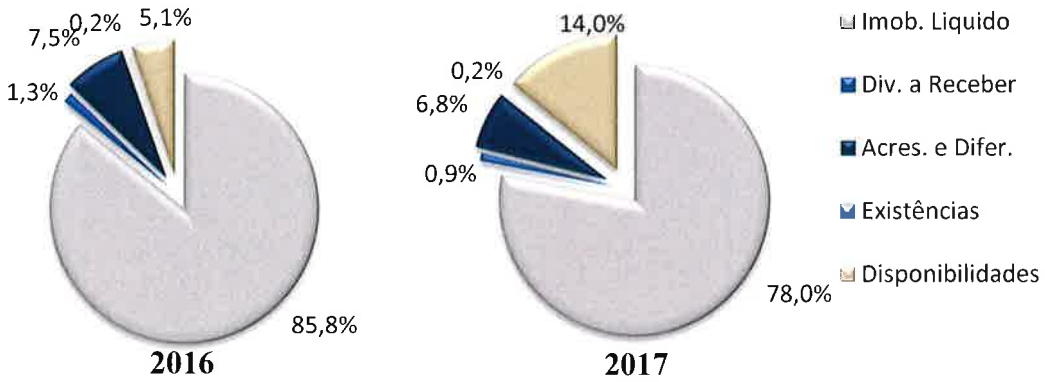
3.1 Análise ao Balanço Consolidado

No final de 2017, o Grupo Municipal registava no lado do Activo um montante de 90.021.694,16 €, um valor de Capital Próprio de 69.225.819,64 € e um passivo de 20.795.874,52 €.

Quadro IV

Activo	2016	2017	Var %
Imobilizado liquido	69.829.815,44	70.219.512,00	0,6%
Existências	194.622,39	210.091,18	7,9%
Dividas a receber	1.016.926,42	816.625,93	-19,7%
Disponibilidades	4.181.854,45	12.609.014,83	201,5%
Acréscimos e diferimentos	6.121.053,80	6.166.450,22	0,7%
Total Activo	81.344.272.50	90.021.694.16	10.7%

ACTIVO CONSOLIDADO

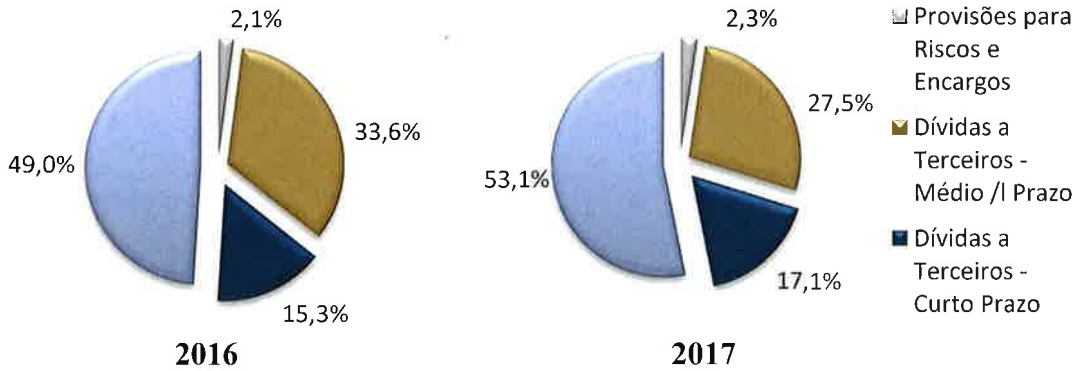


O Balanço Consolidado do Grupo Municipal regista um Activo Líquido total de cerca de 90 milhões de euros, constituído maioritariamente pelo activo imobilizado que ascende a 70.219.512,00 € (78 % do total do balanço).

As restantes rubricas representam cerca de 22 % do activo Liquido, o que se traduz no montante de cerca de 19,8 Milhões de euros.

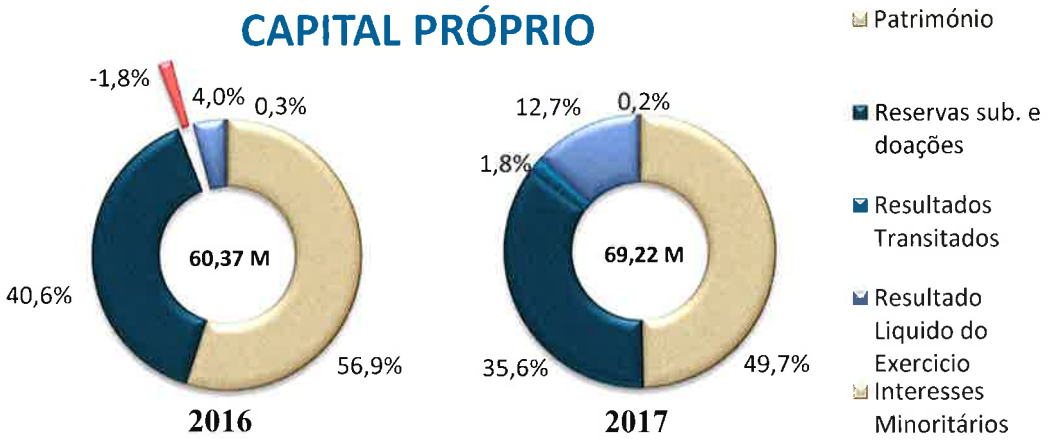
Passivo e Capital Próprio	2016	2017	Var %
Património	34.378.530,11	34.378.530,11	0,0%
Reservas Subsídios e doações	24.481.293,53	24.637.736,24	0,6%
Resultados Transitados	-1.087.284,22	1.235.759,26	213,7%
Resultado Liquido do Exercicio	2.436.854,19	8.811.739,13	261,6%
Interesses Minoritários	157.487,82	162.054,89	2,9%
Provisões Riscos e Encargos	431.672,67	476.213,85	10,3%
Dív. a Terceiros - Médio /l Prazo	7.042.949,18	5.715.403,35	-18,8%
Dív. a Terceiros – Curto Prazo	3.218.104,28	3.552.142,88	10,4%
Acréscimos e Diferimentos	10.284.664,94	11.052.114,44	7,5%
Total Passivo e Capital Próprio	**81.344.272.50**	**90.021.694.16**	**10.7%**

PASSIVO



O total do Passivo do Grupo Municipal representa 20.795.874,52 € com o maior peso de dívidas a terceiros de curto e médio e longo prazo (44,6 %), sendo que, relativamente a divida de terceiros de médio e longo prazo, a maior expressão reside nos empréstimos contraídos pelo Município cujo valor ascende a 5.296.549,51 € representando cerca de 25,4 % do passivo consolidado.

Relativamente aos acréscimos e diferimentos, o valor de cerca de 11 Milhões de Euros representa cerca de 53 % do valor do passivo. A rubrica de provisões de riscos e encargos, regista um valor de 476.213,85 €, integrando as responsabilidades do Município derivadas de riscos relacionados com processos judiciais.

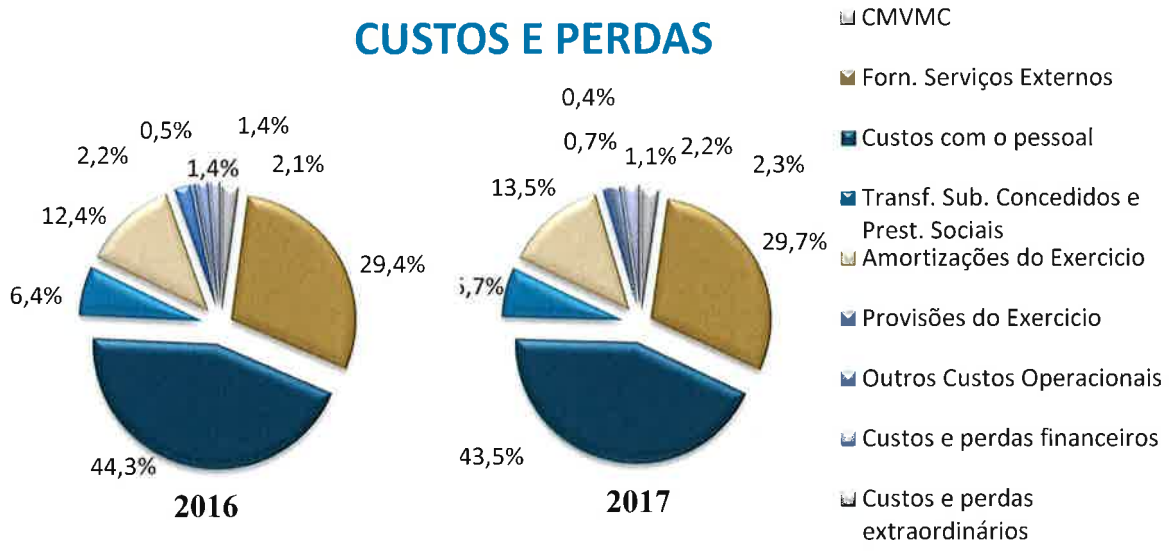


A estrutura dos Fundos Próprios consolidados, representa, no final do exercício de 2017, um montante de 69.225.819,64 €, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do Grupo Municipal que tem um peso de 49,6 %.

3.2 Análise à Demonstração de Resultados Consolidada

Custos e Perdas	2016	2017	Var %
CMVMC	426.680,04	486.882,02	14,1%
Forn. Serviços Externos	5.913.343,86	6.364.129,24	7,6%
Custos com o pessoal	8.910.238,12	9.312.207,66	4,5%
Transf. Sub. Concedidos e Prest. Sociais	1.287.498,24	1.425.291,49	10,7%
Amortizações do Exercicio	2.498.790,06	2.883.569,05	15,4%
Provisões do Exercicio	439.491,22	150.365,07	-65,8%
Outros Custos Operacionais	96.175,64	94.694,16	-1,5%

Custos e Perdas	2016	2017	Var %
(A)	19.572.217,18	20.717.138,69	5,8%
Custos e perdas financeiros	290.339,67	230.008,73	-20,8%
(C)	19.862.556,85	20.947.147,42	5,5%
Custos e perdas extraordinários	272.174,82	478.696,54	75,9%
Total de Custos e Perdas	20.134.731.67	21.425.843.96	6.4%

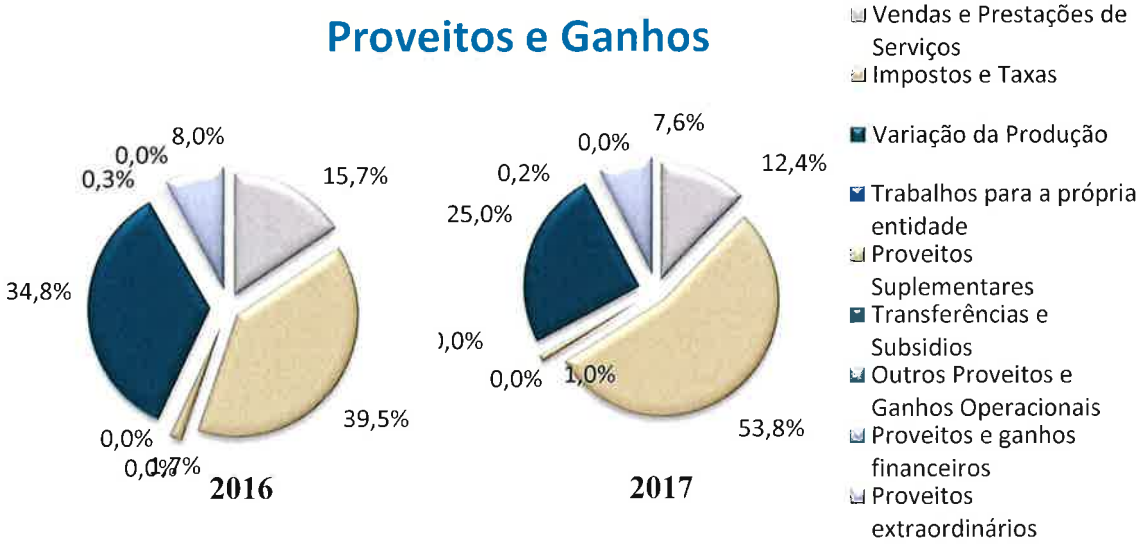


Em 2017 o Grupo Municipal evidenciou custos totais que ascenderam a 21.425.843,96 €, sendo que o Municipio de Grândola contribui em cerca de 92 % para o respectivo valor, e a infratroia E.M com cerca de 8 %.

Analisando a desagregação de custos do Grupo Municipal, verifica-se que os custos com o pessoal, e, os fornecimentos e serviços externos, representam a maior fatia nos custos totais, com percentagens de 44,3 % e 29,4 % respectivamente.

Os custos de natureza financeira e extraordinária cifraram-se no seu conjunto em cerca de 709 Mil Euros com expressão de 3,3% nos custos totais

Proveitos e Ganhos	2016	2017	Var %
Vendas e Prestações de Serviços	3.556.575,28	3.739.193,85	5,1%
Impostos e Taxas	8.946.047,44	16.287.486,11	82,1%
Variação da Produção			
Trabalhos para a P. entidade			
Proveitos Suplementares	392.438,34	315.557,31	-19,6%
Transferências e Subsidios	7.865.473,95	7.554.943,50	-3,9%
Out. Prov. Ganhos Operacionais	57.401,00	65.949,69	14,9%
(B)	20.817.936,01	27.963.130,46	34,3%
Proveitos e ganhos financeiros	4.709,02	949,59	-79,83%
(D)	20.822.645,03	27.964.080,05	34,30%
Proveitos extraordinários	1.805.295,35	2.294.093,08	27,08%
Total de Proveitos e Ganhos	**22.627.940.38**	**30.258.173.13**	**33.7%**



No ano de 2017 os Proveitos totais do Grupo Municipal perfizeram 30.258.173,13 € tendo o Município de Grândola contribuindo em cerca de 94,4 % para o respectivo valor, e, a infratroia E.M com cerca de 5,6 %.

Analisando a natureza dos proveitos, verifica-se que em 2017 os proveitos e ganhos operacionais registaram um montante de 27.963.130,46 € (92,4 %), os proveitos financeiros 949,59 € (0,01%) , e por fim os proveitos extraordinários 2.294.093,08 € (7,57 %) .

3.3 Análise à Demonstração de Resultados Consolidada

Os resultados consolidados apresentaram em 2017 a seguinte estrutura:

Quadro XV *Em Euros*

	2017
Resultados Operacionais	7.245.991,77
Resultados Financeiros	-229.059,14
Resultados Correntes	7.016.932,63
Resultados Extraordinários	1.815.396,54
Resultados Antes Impostos	8.832.329,17
Imposto S/ Rendimento Exer.	16.022,96
Resultado Liquido Exercicio	8.816.306,21
Interesses Minoritários	4.567,08
RLE – Após Interesses Minoritários	8.811.739,13

Os resultados do Grupo Municipal registaram um valor antes de impostos de 8.832.329,17 €, retirando o efeito do MEP (Método de Equivalência Patrimonial), verifica-se um uma variação de cerca de 22 Mil Euros face aos resultados individuais do Município que derivou da incorporação dos Resultados Líquidos da Infratroia E.M.

Após a consideração do imposto sobre o rendimento do exercício e da desagregação do montante relativo aos interesses minoritários, obteve-se Resultado Liquido do Exercício de 8.811.739,13 €.

3.4 Indicadores financeiros – Grupo Municipal

	2016	2017
Liquidez Geral	167,60%	383,87%
Liquidez Imediata	129,95%	354,97%
Autonomia Financeira	74,21%	76,90%
Solvabilidade	287,77%	332,88%
Endividamento	25,79%	23,10%
Fundo de Maneio	2.175.298,98 €	10.083.589,06

A análise aos rácios permite constatar de um modo geral a estabilidade da situação económico-financeira do Grupo Municipal, verificando-se uma evolução positiva de todos os indicadores comparativamente ao ano anterior, verificando-se a pouca dependência do grupo face a financiamentos externos, o que confere maior autonomia, e por conseguinte maior capacidade de solvabilidade dos compromissos assumidos.

O grau de endividamento obtido confirma a pouca expressão do peso dos capitais alheios no financiamento das atividades do grupo traduzindo-se num baixo grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio.

2 Balanço Consolidado

BALANÇO CONSOLIDADO

Entidade : Grupo Municipal

Ano 2017

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	BALANÇO CONSOLIDADO - ACTIVO			
		2017			2016
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	10.118.414,52		10.118.414,52	9.454.110,51
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas	37.095.241,95	12.807.166,47	24.288.075,48	23.737.875,98
455	Bens do património histórico,artístico e cultural	82.337,22	3.903,46	78.433,76	78.986,37
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	219.888,05		219.888,05	187.225,60
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		47.515.881,74	12.811.069,93	34.704.811,81	33.458.198,46
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalacção				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	761.200,48	644.696,59	116.503,89	191.648,63
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		761.200,48	644.696,59	116.503,89	191.648,63
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	9.318.778,73		9.318.778,73	8.867.846,84
422	Edificios e outras construções	20.755.716,20	3.146.412,30	17.609.303,90	14.370.346,18
423	Equipamento básico	3.573.246,39	2.625.317,88	947.928,51	1.074.572,74
424	Equipamento de transporte	3.698.430,24	2.998.573,57	699.856,67	547.412,21
425	Ferramentas e utensílios	257.722,72	217.368,36	40.354,36	48.050,27
426	Equipamento administrativo	2.577.815,56	2.286.554,72	291.260,84	232.514,66
427	Taras e vasilhame				
428	Equipamento Informático	1.716.892,24	1.405.789,20	311.103,04	240.378,32
429	Outras imobilizações corpóreas	244.232,67	208.121,18	36.111,49	28.848,48
442	Imobilizações em curso	5.314.568,89		5.314.568,89	9.942.358,42
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		47.457.403,64	12.888.137,21	34.569.266,43	35.352.328,12
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	0,00		0,00	0,00
412	Obrigações e títulos de participação	827.209,23		827.209,23	827.209,23
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	1.720,64		1.720,64	431,00
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		828.929,87	0,00	828.929,87	827.640,23
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	209.863,50		209.863,50	194.388,61
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias	227,68		227,68	233,78
37	Adiantamentos por conta de compras				
		210.091,18	0,00	210.091,18	194.622,39
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	139.392,87	61.865,43	77.527,44	115.846,58
212	Contribuintes c/c	19.434,15		19.434,15	30.862,14
213	Utentes c/c	109.501,79		109.501,79	443.260,90
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobranca duvidosa	234.021,01	231.883,15	2.137,86	3.822,64
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores	8.346,56		8.346,56	11.836,15
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	73.800,00		73.800,00	73.800,00
24	Estado e outros entes públicos	75.800,45		75.800,45	90.089,59
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	450.077,68		450.077,68	247.408,42
		1.110.374,51	293.748,58	816.625,93	1.016.926,42
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depositos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depositos em instituições financeiras	12.544.049,10		12.544.049,10	4.115.936,96
11	Caixa	13.229,73		13.229,73	14.181,49
13	Montantes afetos a Entidades Terceiras	51.736,00		51.736,00	51.736,00
		12.609.014,83	0,00	12.609.014,83	4.181.854,45
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	5.705.789,70		5.705.789,70	5.550.034,78
272	Custos diferidos	460.660,52		460.660,52	571.019,02
		6.166.450,22	0,00	6.166.450,22	6.121.053,80
	Total de Amortizações.....		14.058.043,73		
	Total de Provisões.....		55.686,39		
	Total do Activo.....	116.659.346,47	26.637.652,31	90.021.694,16	81.344.272,50

BALANÇO CONSOLIDADO

Entidade : Grupo Municipal

Ano 2017

CÓDIGO DAS CONTAS	PASSIVO	2017	2016
	Fundos próprios:		
51	Património	34.378.530,11	34.378.530,11
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	1.734.977,20	1.652.983,70
572	Reservas estatutárias	224.169,98	184.320,77
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	22.678.589,06	22.643.989,06
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	1.235.759,26	-1.087.284,22
88	Resultado líquido em exercício	8.811.739,13	2.436.854,19
	Interesses Minoritários	162.054,89	157.487,82
		69.225.819,64	60.366.881,43
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	476.213,85	431.672,67
		476.213,85	431.672,67
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	5.296.549,51	6.216.722,78
2612	Fornecedores de locação Financeira		6.900,40
2615	Outros Credores	418.853,84	819.326,00
		5.715.403,35	7.042.949,18
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	1.130.364,58	827.778,18
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.037.437,60	989.092,48
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1.153,66	1.153,66
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	421.902,10	314.040,79
24	Estado e outros entes públicos	131.861,77	146.393,51
264	Administração autárquica		
262+263+267+26	Outros credores	582.145,46	712.155,68
217+2613	Credores de Operações não Orçamentais	247.277,71	227.489,98
		3.552.142,88	3.218.104,28
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.948.266,89	1.595.322,82
274	Proveitos diferidos	9.103.847,55	8.689.342,12
		11.052.114,44	10.284.664,94
	Total do Passivo.....	20.795.874,52	20.977.391,07
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo.....	90.021.694,16	81.344.272,50

ORGÃO EXECUTIVO

EM 21 DE Julho DE 2018

A Vice Presidente

Fernanda Sandim

ORGÃO DELIBERATIVO

EM_____DE_____DE_____

3 Demonstração de Resultados Consolidados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Entidade : Grupo Municipal

Ano 2017

Demonstração de Resultados Consolidada					
Código das Contas	**Descrição**	**Exercício N**		**Exercício N -1**	
	Custos e perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias		341,59		161,06
	Matérias		486.540,43		426.518,98
62	Fornecimentos e serviços externos:		6.364.129,24		5.913.343,86
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	7.460.312,47		7.159.471,63	
643 a 648	Encargos sociais	1.851.895,19	9.312.207,66	1.750.766,49	8.910.238,12
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		1.425.291,49		1.287.498,24
66	Amortizações do exercício		2.883.569,05		2.498.790,06
67	Provisões do exercício		150.365,07		439.491,22
65	Outros custos operacionais		94.694,16		96.175,64
	(A)		20.717.138,69		19.572.217,18
68	Custos e perdas financeiros		230.008,73		290.339,67
	(C)		20.947.147,42		19.862.556,85
69	Custos e perdas extraordinários		478.696,54		272.174,82
	(E)		21.425.843,96		20.134.731,67
	Imposto Sobre o Rendimento do período		16.022,96		38.944,12
88	Resultado líquido do exercício.....		8.816.306,21		2.454.425,65
			30.258.173,13		22.628.101,44
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias				
7112+7113	Venda de produtos	856.160,93		839.410,07	
712	Prestações de serviços	2.883.032,92	3.739.193,85	2.717.165,21	3.556.575,28
72	Impostos e taxas		16.287.486,11		8.946.047,44
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares		315.557,31		392.438,34
74	Transferências e subsídios obtidos		7.554.943,50		7.865.473,95
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		65.949,69		57.401,00
	(B)		27.963.130,46		20.817.936,01
78	Proveitos e ganhos financeiros**		949,59		4.709,02
	(D)		27.964.080,05		20.822.645,03
79	Proveitos extraordinários		2.294.093,08		1.805.295,35
	(F)		30.258.173,13		22.627.940,38
Resumo	Resultados Operacionais: (B - A)		7.245.991,77		1.245.718,83
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-229.059,14		-285.630,65
	Resultados Correntes: (D - C)		7.016.932,63		960.088,18
	Imposto Sobre o Rendimento do período		16.022,96		38.944,12
	Resultados Líquido do Exercicio: (F - E)		8.816.306,21		2.454.264,59
	Interesse Minoritários		4.567,08		17.410,40
	Resultado líquido após Interesses Minoritários		8.811.739,13		2.436.854,19

** Deduzido Montante MEP -13.066,42 €

ORGÃO EXECUTIVO

EM 21 DE Julho DE 2018

A Vice-Presidente

Fernando Sardo

ORGÃO DELIBERATIVO

EM_____DE_____DE_____

4 Fluxos de Caixa Consolidado

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Entidade : Grupo Municipal

Ano 2017

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência Anterior		4.181.929,80	**Despesas Orçamentais**		22.191.126,11
Execução Orçamental	3.815.843,94		Correntes	18.014.285,07	
Operações de Tesouraria	366.085,86		Capital	4.176.841,04	
Receitas Orçamentais		30.585.263,06	**Operações de Tesouraria**		1.885.578,47
Correntes	28.358.577,39		**Saldo para a Gerência Seguinte**		12.609.014,83
Capital	2.226.685,67				
			Execução Orçamental	12.209.980,89	
Operações de Tesouraria		1.918.526,55	Operações de Tesouraria	399.033,94	
Total		36.685.719,41	**Total**		36.685.719,41

ORGÃO EXECUTIVO

EM 21 DE Junho DE 2018

A Vice Presidente

Fernanda Sandim

ORGÃO DELIBERATIVO

EM_____DE_____DE_____

5 Anexo Demonstrações financeiras Consolidadas

INTRODUÇÃO

O Município de Grândola apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2017, reportado a 31 de dezembro.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, revogando a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), estabelecendo mudanças legislativas significativas relativamente à Prestação de Contas Consolidadas.

Na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) adotou-se o disposto na portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", onde se indicam um conjunto de princípios orientadores da consolidação de contas no setor público administrativo, definindo os requisitos mínimos para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Sem prejuízo no disposto nessa portaria, o grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL) emanou a 28 de abril de 2010 as instruções a seguir na consolidação de contas.

Este novo normativo legal nos art.º 75º e 76º da Lei n.º 73/2013, define as novas regras para a consolidação de contas. Em relação à anterior lei verifica-se a alteração no perímetro de consolidação. Em suma o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º7 do art.º 75 da Lei n.º 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º3 do art.º75 da Lei n.º 73/2013 – Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e após análise às entidades suscetíveis de inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:

Entidade Mãe - Município de Grândola

GRÂNDOLA
MUNICÍPIO

Sede Social – Rua Dr. José Pereira Barradas, 7570-281 Grândola
Atividade Principal - Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.

Infratróia – Infraestruturas de Tróia, E.M.

infratróia

Sede Social - Rua da Aroeira – Tróia, 7570-789 Carvalhal GDL
Atividade Principal – Distribuição de água
Detida a 74,10% pelo município.

Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2017:

Categoria	Nº de trabalhadores	
	Município de Grândola	Infratróia
Administrador		
Dirigente Superior		
Dirigente Intermédio	9	
Técnico Superior	82	4
Assistente Técnico	123	4
Assistente Operacional	195	11
Informática	6	
Outros	7	4
TOTAL	**422**	**23**

3. Informações de procedimentos de consolidação:

O município detém 74,10% do capital da participada, aplica-se no grupo consolidado o método de consolidação integral. Este método consiste na integração nas demonstrações financeiras da entidade consolidante dos elementos constantes das demonstrações financeiras das entidades consolidadas.

Para garantir uma uniformização da informação das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através de reclassificações e ajustamentos que se revelam necessários, os documentos de prestação de contas da entidade consolidada, uma vez que são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo:

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazo da seguinte forma:

Designação das contas	Município de Grândola	Infratróia	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimos de médio longo prazo	5.296.549,51	0	**5.296.549,51**
Fornecedores de imobilizado (1)	0	0	**6.900,40**
Outros Credores	418.853,84	0	**418.853,84**
TOTAL	**5.715.403,35**	**0,00**	**5.715.403,35**

(1) - Leasing

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Não aplicável.

6. Informações relativas a compromissos

No balanço consolidado não existem compromissos assumidos pelo município para exercícios futuros relativo à entidade consolidante.

As entidades do grupo consolidado apresentam em 31/12/2017 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Município de Grândola

Banco	Nº Garantia	Valor da Garantia	Tipo
CGD	4897093	10.100,66	Garantia bancária
CGD	5621093	23.702,88	Garantia bancária
CGD	6644093	26.186,89	Garantia bancária
BPI	8302804	17.325,00	Garantia não financeira
BPI	41951675200	122.949,60	Garantia não financeira
	Total	**200.265,03**	

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos os critérios valorimétricos definidos no ponto 4 do POCAL. Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público.

7.1 Imobilizações

Os ativos imobilizados do grupo municipal foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões. Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios adequados. As despesas de reparação e manutenção sem grande relevo são consideradas como custo no ano que ocorrem. As amortizações como definido no ponto 2.7.2. do POCAL foram efetuadas segundo o método das quotas constantes.

Investimentos Financeiros

Quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão). Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição. Excepto quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, podem ser objecto de redução, considerando o Método de Equivalência Patrimonial, aplicando a NCRF 13 «Interesses em empreendimentos conjuntos e Investimentos em associadas», publicada no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro.

7.2 Locação Financeira

Os ativos imobilizados adquiridos mediante locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor

das rendas e a amortização do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

7.3 Existências

As existências são valorizadas ao custo médio ponderado

7.4 Provisões

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência. São calculadas de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.6 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

7.7 Especialização do exercício

No grupo consolidado municipal cada uma das entidades registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

8. Informações diversas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento».

No ano de 2017 a rubrica de despesas de instalação, de investigação e de desenvolvimento, registou os seguintes movimentos no montante de 97.530,71 €:

- Projeto para constr. infra-estruturas da rede de drenagem de águas residuais, estação elev. e etar do parque campismo do c.c.l. na praia de melides no valor de 48.866,38 €;
- Projeto de requalificação de troço da em 545 - ligação entre a localidade de faleiros e ponte sobre a ribeira de corona no valor de 8.610,00 €;

- Elaboração de cadastro das redes de abastecimento de agua e de saneamento de aguas residuais domesticas do municipio de grandola- levantamento topografico e ortofotomapas no valor de 40.054,33 €.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões.

A 31 de dezembro de 2017 as rubricas dos bens de imobilizado do grupo municipal, relativos ao ativo bruto e amortizações apresentam os seguintes valores:

ACTIVO BRUTO

RÚBRICA	S. INICIAL	REAV.	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF.	ABATES	Doações e Transferências de/para outras entidades	S. FINAL
De bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	9.454.110,51	0,00	20.000,00	0,00	644.304,01	0,00	0,00	10.118.414,52 €
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Outras construções e infra-estruturas	35.063.883,81	0,00	0,00	0,00	2.031.358,14	0,00	0,00	37.095.241,95 €
Bens do património histórico,artistico e cultural	82.337,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.337,22 €
Outros bens de domínio púlico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Imobilizações em curso	187.225,60	0,00	90.698,29	0,00	-58.035,84	0,00	0,00	219.888,05 €
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
	44.787.557,14 €	0,00 €	110.698,29 €	0,00 €	2.617.626,31 €	0,00 €	0,00 €	47.515.881,74 €
De imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Despesas de investigação e de desenvolvimento	663.669,77	0,00	48.664,33	0,00	48.866,38	0,00	0,00	761.200,48 €
Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
	663.669,77 €	0,00 €	48.664,33 €	0,00 €	48.866,38 €	0,00 €	0,00 €	761.200,48 €
De imobilizações corpóreas								
Terrenos e recuros naturais	8.867.846,84	0,00	72.547,24	6.132,74	384.517,39	0,00	0,00	9.318.778,73 €
Edifícios e outras construções	17.195.988,96	0,00	63.799,66	22.725,31	3.524.640,56	-5.987,67	0,00	20.755.716,20 €
Equipamento básico	3.322.862,91	0,00	239.824,43	0,00	10.904,63	-345,58	0,00	3.573.246,39 €
Equipamento de transporte	3.318.544,17	0,00	392.186,07	0,00	0,00	-12.300,00	0,00	3.698.430,24 €
Ferramentas e utensílios	245.277,65	0,00	12.445,07	0,00	0,00	0,00	0,00	257.722,72 €
Equipamento administrativo	3.903.645,28	0,00	290.997,81	0,00	103.769,35	-3.704,64	0,00	4.294.707,80 €
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Outras imobilizações corpóreas	234.380,57	0,00	10.000,00	0,00	0,00	-147,90	0,00	244.232,67 €

RÚBRICA	S. INICIAL	REAV.	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF.	ABATES	Doações e Transferências de/para outras entidades	S. FINAL
Imobilizações em curso	9.942.358,42	0,00	2.062.535,09	0,00	-6.690.324,62	0,00	0,00	5.314.568,89 €
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas								0,00 €
	47.030.904,80 €	0,00 €	3.144.335,37 €	28.858,05 €	-2.666.492,69 €	-22.485,79 €	0,00 €	47.457.403,64 €
De investimentos financeiros								
Partes capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Obrigações e títulos de participação	827.209,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	827.209,23 €
Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Outras aplicações financeiras	431,00	0,00	1.426,63	0,00	0,00	-136,99	0,00	1.720,64 €
Depósitos em instutuições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
	827.640,23 €	0,00 €	1.426,63 €	0,00 €	0,00 €	-136,99 €	0,00 €	828.929,87 €
TOTAL:	**93.309.771,94 €**	**0,00 €**	**3.305.124,62 €**	**28.858,05 €**	**0,00 €**	**-22.622,78 €**	**0,00 €**	**96.563.415,73 €**

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO		REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
			ANOS ANT.	EXERC.		
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	23.479.956,49 €	€ -	2.886.797,80 €	19.621,81 €	26.347.132,48 €
48.1	De investimentos em imóveis	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.1.1	Terrenos e recursos naturais	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.1.2	Edificios e outras contruções	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.1.2.1	Edificios	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.1.2.2	Outras construções	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.2	De imobilizações corporeas	11.678.576,67 €	€ -	1.232.411,10 €	19.621,81 €	12.891.365,96 €
48.2.1	Terrenos e recursos naturais	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.2.2	Edificios e outras construções	2.825.642,78 €	€ -	332.557,57 €	11.788,05 €	3.146.412,30 €
48.2.2.1	Edificios	2.492.852,70 €	€ -	263.848,88 €	11.788,05 €	2.744.913,53 €
48.2.2.1.01	Habitação	414.029,64 €	€ -	41.385,99 €	10.947,90 €	444.467,73 €
48.2.2.1.02	Instalações de Serviços	404.089,10 €	€ -	40.710,93 €	€ -	444.800,03 €
48.2.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	890.890,55 €	€ -	75.315,69 €	€ -	966.206,24 €
48.2.2.1.04	Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	105.108,51 €	€ -	11.093,69 €	€ -	116.202,20 €
48.2.2.1.05	Creches	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.2.2.1.06	Escolas	437.341,19 €	€ -	54.851,52 €	840,15 €	491.352,56 €
48.2.2.1.07	Lares de Terceira Idade	778,25 €	€ -	172,17 €	€ -	950,42 €
48.2.2.1.08	Outros	240.615,46 €	€ -	40.318,89 €	€ -	280.934,35 €

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO		REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
			ANOS ANT.	EXERC.		
48.2.2.2	Outras construções	332.790,08 €	€ -	68.708,69 €	€ -	401.498,77 €
48.2.2.2.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.2.2.2.02	Esgotos	8.773,58 €	€ -	1.205,23 €	€ -	9.978,81 €
48.2.2.2.03	Iluminação Pública	61.876,89 €	€ -	32.998,23 €	€ -	94.875,12 €
48.2.2.2.04	Parques e Jardins	91.613,60 €	€ -	17.223,58 €	€ -	108.837,18 €
48.2.2.2.05	Instalações Desportivas e Recreativas	14.329,39 €	€ -	1.738,40 €	€ -	16.067,79 €
48.2.2.2.06	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	23.733,62 €	€ -	3.558,35 €	€ -	27.291,97 €
48.2.2.2.07	Viação Rural	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.2.2.2.08	Sinalização e Trânsito	95.331,87 €	€ -	10.686,47 €	€ -	106.018,34 €
48.2.2.2.09	Infra-estruturas p/ distrib. energia eléctrica	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.2.2.2.10	Infra.estruturas p/ tratamento de resíduos	28.913,70 €	€ -	1.298,43 €	€ -	30.212,13 €
48.2.2.2.11	Cemitérios	5.371,03 €	€ -	€ -	€ -	5.371,03 €
48.2.2.2.12	Outras	2.846,40 €	€ -	€ -	€ -	2.846,40 €
48.2.3	Equipamento básico	2.248.290,17 €	€ -	380.602,04 €	345,58 €	2.628.546,63 €
48.2.4	Equipamento de transporte	2.771.131,95 €	€ -	231.131,62 €	3.690,00 €	2.998.573,57 €
48.2.5	Ferramentas e utensilios	197.227,38 €	€ -	20.140,98 €	€ -	217.368,36 €
48.2.6	Equipamento administrativo	2.164.682,12 €	€ -	133.831,91 €	3.704,64 €	2.294.809,39 €
48.2.7	Taras e vasilhame	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.2.8	Equipamento Informático	1.266.070,18 €	€ -	131.464,35 €	€ -	1.397.534,53 €
48.2.9	Outras imobilizações corporeas	205.532,09 €	€ -	2.682,63 €	93,54 €	208.121,18 €
48.3	De imobilizações incorporeas	472.021,14 €	€ -	172.675,45 €	€ -	644.696,59 €
48.3.1	Despesas de instalação	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	472.021,14 €	€ -	172.675,45 €	€ -	644.696,59 €
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.5	De bens de domínio publico	11.329.358,68 €	€ -	1.481.711,25 €	€ -	12.811.069,93 €
48.5.1	Terrenos e recursos naturais	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.5.2	Edifícios	- €	€ -	€ -	€ -	- €
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	11.326.007,83 €	€ -	1.481.158,64 €	€ -	12.807.166,47 €
48.5.5	Bens de património historico, artístico e cultural	3.350,85 €	€ -	552,61 €	€ -	3.903,46 €
48.5.9	Outros bens de domínio publico	- €	€ -	€ -	€ -	- €
49	PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	- €	€ -	€ -	€ -	- €
49.1	Partes de capital	- €	€ -	€ -	€ -	- €
49.2	Obrigações e títulos de participação	- €	€ -	€ -	€ -	- €
49.3	...	- €	€ -	€ -	€ -	- €
49.5	Outras aplicações financeiras	- €	€ -	€ -	€ -	- €
	TOTAL	**23.479.956,49 €**	**€**	**2.886.797,80 €**	**19.621,81 €**	**26.347.132,48 €**

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para
financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham
sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins
fiscais, indicando os motivos que os justificaram.
Não aplicável

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre
os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios
valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado.
Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado.
Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.
Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.
Não aplicável

i) Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.
Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividades.

Designação das contas	Município de Grândola	Infratróia	Correções/Anulações Consolidação	Total Consolidado
Vendas	856.160,93	0	0	856.160,93
Prestação de serviços	1.545.753,49	1.337.279,43	0	2.883.032,92
TOTAL	2.401.914,42	1.337.279,43	0,00	3.739.193,85

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Entidade	Remunerações	
	Órgão executivo	Órgão Fiscalização
Município de Grândola	132.684,12 €	51.476,71 €
Infratróia	0	833,00 €
TOTAL	132.684,12	52.309,71

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujo conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não aplicável.

q) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:

6	Custos E Perdas	2017	2016	Codigo das Contas	Proveitos e Ganhos	2017	2016
681	Juros Suportados	121.672,88 €	183.217,05 €	781	Juros Obtidos	949,59 €	4.709,02 €
682	Perdas Em Entidades Praticipadas	- €	- €	782	Ganhos Em Entidades Participadas	- €	- €
683	Amortizações Deinvestimemtos Em Imóveis	- €	- €	783	Rendimentos De Imóveis	- €	- €
684	Provisões Para Plicações Financeiras	- €	- €	784	Rendimentos De Participações De Capital	- €	- €
685	Diferenças De Câmbio Desfavoráveis	- €	- €	785	Diferencas De Cambio Favoraveis	- €	- €
687	Perdas Na Alienação De Aplicações De Tesouraria	- €	- €	786	Desc. De Pto. Pagamento Obtidos	- €	- €
688	Outros Custos E Perdas Financeiras	108.335,85 €	107.122,62 €	787	Ganhos Na Alien. Aplic. Tesouraria	- €	- €
	Resultados Financeiros	-229.059,14 €	-285.630,65 €	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	- €	- €
	Total	12.159,43 €	4.709,02 €		Total	949,59 €	4.709,02 €

r) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:

Codigo das Contas	Custos E Perdas	2017	2016	Codigo das Contas	Proveitos e Ganhos	2017	2016
691	Transferências De Capital C.	139.027,66 €	44.242,20 €	791	Restituição De Impostos	- €	- €
692	Dívidas Incobráveis	- €	- €	792	Recuperação De Dívidas	- €	- €
693	Perdas Em Existências	832,16 €	843,58 €	793	Ganhos Em Existência	4.439,11 €	4.115,90 €
694	Perdas Em Imobilizacões	31.667,67 €	23.527,97 €	794	Ganhos Imobilizações	992.990,34 €	175.090,09 €
695	Multas E Penalidades	1.380,52 €	48.457,38 €	795	Beneficios Penal. Contratuais	33.999,58 €	23.768,10 €
696	Aumentos Amortiz./ Prov.	- €	- €	796	Reduções Amort. Provisões	197.235,11 €	99.351,80 €
697	Correcões Rel. Exerc. Ant	18.294,01 €	69.877,09 €	797	Correções Relat. Exerc. Anteriores	4.682,94 €	217.749,40 €
698	Outros Custos E Perdas Extraordinários	287.494,52 €	85.226,60 €	798	Outros Prov. Ganhos Extraordinários	1.060.746,00 €	1.285.220,06 €
	Resultados Extrordinários	1.815.396,54 €	1.533.120,53 €				
	Total	2.294.093,08 €	1.805.295,35 €		Total	2.294.093,08 €	1.805.295,35 €

s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Código das Contas	Descrição das Provisões	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Aplicações de tesouraria.....				
291	Cobranças Duvidosas.....	385.159,80	86.828,28	178.239,50	293.748,58
2921	Processos Judiciais em curso	56.808,31	4.811,00	20.000,00	41.619,31
2928	Riscos e Encargos.....	374.864,00	59.730,18	0,00	434.594,18
39	Depreciação de Existências.....				
49	Investimentos Financeiros.....				

t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

Entidade	Descrição	Locadora	N.º Contrato	Data Contrato	Valor Liquido
Infratroia E.M	Toyota Dyna M CD 35.33+KRM	Santander Totta	207767	01-02-2015	5.864,00 €
				TOTAL	5.864,00 €

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado,
quando nele não estiverem evidenciadas.
Não aplicável.

9. Outras Informações

6 Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Grândola (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 90.021.694 euros e um total de fundos próprios de 69.225.820 euros, incluindo um resultado líquido de 8.811.739 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Grândola em 31 de dezembro e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o plano oficial de contas das autarquias locais.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com plano oficial de contas das autarquias locais;

- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 12 de Junho de 2018

MACEDO, CALDAS & BENTO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS Nº 190

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob nº 20161490

Representada por

Dra. Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas,

Revisor Oficial de Contas nº 816

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob nº 20160444

GRÂNDOLA
MUNICÍPIO